

OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL MILITAR NO ENSINO À LUZ DAS RELAÇÕES DE PODER (1964 - 1985)

Auselita dos Santos Coelho Brito¹

RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo investigar sobre como sucederam o sistema educacional no período de 1964 a 1985, isto é, na Ditadura Civil Militar no Brasil, refletindo como as relações de poder interferiram nesse processo, o qual foi marcado por tantas mudanças sociais, políticas e econômicas. Apresentando assim, uma visão que muitas vezes é negada, modificada ou até mesmo esquecida, possibilitando dessa maneira o conhecimento de como ocorria a educação no período do militarismo, o qual preconizava ordem, disciplina, de formas autoritárias e tortuosas, dando margem a entender muito do porque a educação atual brasileira é da forma que é, bem como, a possibilidade de refletir muitas das práticas que já foram extirpadas. Destaca-se a revisão bibliográfica, sendo Libâneo (1990), Saviani (2004), Foucault (2009), entre outros autores referenciais para compor o repertório da pesquisa. Constata-se que foram utilizados diversos instrumentos de controle e adestramento no período da Ditadura Civil Militar, dentro destas nota-se a maneira como a escolarização se deu, de modo disciplinar, repetitivo, apresentando a ordem e o autoritarismo instaurado pelos militares. É imprescindível a ampliação de estudos no sentido do conhecimento da memória da Ditadura através do processo ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Educação, Ditadura, Relações de Poder.

INTRODUÇÃO

O ensino requer a consideração de múltiplas compreensões sobre o objeto de investigação, uma vez que, a educação apresenta significados variados pelas questões históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas. No lapso temporal de 1964 a 1985 a sociedade brasileira foi alvo de muitas transformações, que até hodiernamente podem ser percebidas e de certa forma danos que jamais serão recuperados. O Golpe Militar que instaurou uma Ditadura adotou seguimentos pedagógicos nas redes de ensino que puderam demonstrar como as relações de poder perpassam as mais variadas esferas.

Esta pesquisa por meio da metodologia de revisão bibliográfica, com autores, livros referenciais no assunto, tem o intuito de apresentar, uma visão que muitas vezes é esquecida, silenciada e não questionada, isto é, a perspectiva de como funcionou o ensino no regime militar. Organizado por algumas divisões este texto explanará a priori algumas reflexões de como ocorreu essa educação, quais as práticas e materiais de estudo que eram comuns, os

¹Mestranda do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, auselitacoelhobrito@gmail.com

hábitos, enfim. Por conseguinte, um breve contexto histórico do percurso que o sistema educacional percorreu até se concretizar da forma que é hoje.

Nesse diapasão, observa-se que a organização do ensino na Ditadura também foi demasiadamente reestruturada a fim de obter os resultados de obediência, ordem, não comunicação, etc. que era o que o regime político, social e econômico dos militares preconizava. Inseridos nessa ótica, outro objeto de conhecimento imprescindível para a fundamentação desta pesquisa são as relações de poder. Sustentado pelo pensamento de Michael Foucault, os instrumentos de poder e conseqüentemente as relações que surgem poder ser percebidas por todo o corpo social, não obstante, quando se trata da Ditadura e das escolas, o elo entre esses elementos se unificam e tornam-se extremamente importantes para a construção da sociedade disciplinar que se procurava.

Ao final, é esclarecido sobre as tendências pedagógicas liberal e progressista, e suas ramificações, mais especificamente o seguimento tecnicista que funcionou como base para o assentamento e aprofundamento dos ideais militares. Assim, nota-se que, o conteúdo desta pesquisa não se esgota nestas entrelinhas, pelo contrário, busca-se posteriormente expandir tais temas para que se concretizem os principais objetivos, isto é, levar conhecimento não só para o ambiente das academias, longe disso, o escopo é que toda a sociedade possa ter informação e entendimento do que realmente foi os efeitos do Golpe de 64.

METODOLOGIA

Esta comunicação de abordagem qualitativa trata-se de uma pesquisa bibliográfica, através da revisão de livros de referência sobre o Golpe Militar em nosso país. Conforme Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, em especial através de livros e artigos científicos. Em torno do interesse do assunto, os materiais foram coletados e organizados, sendo feita leitura e fichamentos, em prol de atender a problemática de investigação,

EDUCAÇÃO E DITADURA MILITAR

Reflexões do ensino na Ditadura Civil Militar no Brasil

O período conhecido como Ditadura Civil Militar foi marcado por diversas transformações na sociedade deixando resquícios até hoje das suas interferências, por

exemplo, quanto à educação do país. Assim, diante de um passado tão pungente e hediondo faz-se mister o desenvolvimento de pesquisas acerca do tema para que se possa entender muitas das raízes dos problemas atuais e buscar aprender para não repeti-los, um passado de violências e restrições de direitos nunca deve ser esquecido.

O Golpe de 1964 deu-se por meio da articulação dos militares com a elite econômica a qual tinha objetivos de um ensino técnico-profissionalizante, visando uma mão de obra qualificada para o desenvolvimento da industrialização no país. Com efeito, as relações sociais no espaço escolar foram afetadas pela dominação do poder onipresente. A educação brasileira passou por diversas reformas educacionais ao longo do período da Ditadura Civil Militar, onde o Estado através de vários tipos de discursos prestava um papel de controle, freando movimentos que tinham objetivos de promover mudanças no país.

Apesar dos inúmeros registros históricos que evidenciam como o período militar foi tortuoso, consoante a Reis (2014) ainda é possível constatar que, lamentavelmente, para muitos, principalmente os setores das Forças Armadas, a Ditadura é apresentada como um momento de “revolução democrática” o qual resgatou o Brasil do cenário de caos e ameaças comunistas. A partir disso, vale ressaltar que, não nenhum indício, nenhum apontamento que diga que o Brasil estava perto do comunismo. Reis (2014) analisa como mesmo depois da consolidação de um regime democrático, isto é, o fim do golpe militar, há vestígios e a continuidade de práticas ditatoriais. Por isso, a importância desta pesquisa cruza justamente em transformar alguns desses fatores, especificamente no âmbito escolar e suprimir que um passado tão devastador encontre solo fértil para crescer nos dias atuais.

Nesse contexto de autoritarismo, os educadores e estudantes foram perseguidos, calados, expulsos, presos, exilados e alguns assassinados. Com isso, o governo autoritário abria caminho para a aplicação de suas políticas educacionais que possuíam dois grandes objetivos: o primeiro era a formação da mão de obra adequada ao modelo de desenvolvimento econômico dos militares. O segundo era a difusão de uma ideologia favorável ao regime entre as crianças e adolescentes, começando por impor aos jovens um padrão de comportamento regrado e obediente. Estes aspectos se interligavam, pois uma rígida disciplina escolar, baseada no medo, poderia fortalecer a obediência social no ambiente de trabalho e promover o aumento da produtividade na economia.

Nessa perspectiva, as instituições escolares tornavam-se conservadoras e um ensino voltado para a disciplina, a moral e a obediência começavam a vigorar. O Estado mantinha a ordem, a obediência por meio do discurso que o legitimava, apoiando em alguns órgãos, como o SNI (Sistema Nacional de Informações) e outras instituições. É evidente que tais discursos

funcionavam como verdadeiras espécies de exclusão e ao mesmo tempo silenciavam pessoas que buscavam construir um novo cenário social.

No período ditatorial predominou a utilização de “método tradicional”, como afirma a historiadora Bittencourt (2009, p. 226-227), “existe uma ligação entre o método tradicional e o uso da lousa, giz e livro didático: o aluno, em decorrência da utilização desse material recebe de maneira passiva uma carga de informações”. Assim, essas informações são repetidas mecanicamente, como exemplos: exercícios do livro didático, sendo permitida a resposta do professor, sendo dessa maneira negada a liberdade de expressão, comunicação e diálogo dos indivíduos.

Vale ressaltar que o ensino era com base na “decoreba” o ler e recordar, o cotidiano das escolas, persistiam as práticas de violência física contra os alunos e uma série de outras arbitrariedades, como notas por “comportamento”, avaliações a partir de questionários decorados, “pontos extras” para alunos que participassem de atividades como o desfile cívico de 7 de setembro. Além do estímulo à competição e à fiscalização entre os próprios alunos.

Destaca-se que os estudantes deviam aprender a ficarem quietos, calados e sentados. Nesse diapasão, as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) foram implantadas no sistema de ensino brasileiro, com objetivos do fortalecimento da unidade nacional, o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas entre outras. Com base no decreto nº 869, a disciplina de Educação Moral e Cívica apoiava-se na defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana. A partir disso, vê-se que, a estrutura das escolas era voltada para uma formação de desestimular o senso crítico dos estudantes, contribuindo no que diz respeito, a ordem e a obediência.

Contexto histórico da Educação no Brasil

É sabido que desde o período colonial, no século XVI, há registros da educação no Brasil. No decorrer dos anos a estrutura educacional brasileira foi objeto de muitas transformações e voltou-se na maioria das vezes para acompanhar o desenvolvimento político, social, econômico que a sociedade perpassava. A partir dos jesuítas constataram-se os primeiros educadores, posteriormente, com a chegada da Corte portuguesa puderam-se notar algumas mudanças como o surgimento do ensino técnico e os primeiros cursos de medicina.

Na educação imperial evidencia-se o marco em 1824 da Constituição aonde foi garantido, pelo menos em tese a instrução primária para todos os cidadãos gratuitamente. Em seguida, com o advento da República no final do século XIX, adotou-se a Constituição de 1891 a qual assegurava a gratuidade, laicidade e a obrigatoriedade do ensino primário. A partir da década de 1920 a esfera educacional começou a ser revisada, tendo em vista, por exemplo, os impactos mundiais da Guerra e a atuação estatal no âmbito da educação. Apesar de algumas conquistas, com a instalação do Estado Novo, em 1937, há um retrocesso e o período autoritário interfere na maneira que se dá o ensino. Superados esse regime, finalmente em 1961 são concretizados muitos ideais educacionais assentados nos princípios constitucionais a partir da aprovação da Lei nº 4.024/61, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Com o golpe militar em 1964, mais uma vez o sistema educacional é alvo de mudanças e declínios. No período que esta pesquisa tenciona explicar mais detalhadamente observa-se que foram implementadas ao currículo escolar as disciplinas obrigatórias de Educação Moral e Cívica, o uso de livros didáticos, bem como a retirada das matérias de Geografia e História e as aulas de Filosofia e Sociologia. O ensino militar naufragou quaisquer indícios de uma formação ampla do cidadão, uma vez que, concentrava nas escolas, nas metodologias e nas práticas um ensino patriota, voltado para a repetição dos assuntos e restringindo um conhecimento abrangente, sem permitir debates, questionamentos e pelo menos a proposição de mudanças. Ao mesmo tempo em que foram consolidadas outras perspectivas acerca da História, por exemplo, aonde são mascaradas as reais intenções e efeitos que os militares obtiveram influenciando no setor da educação.

Por conseguinte, após demasiadas resistências e lutas, o combate para definir o papel do Estado na educação introduz mudanças significativas e positivas, ainda que necessitem passar por muitos aperfeiçoamentos e efetivações, com a Constituição de 1988, o ensino passa a ser universalizado e assegurado pelo poder público. Com todas as venhas, é possível perceber que as taxas de analfabetismo, evasão escolar, rendimento, qualidade do ensino, entre muitas outras foram melhoradas, todavia é nítido que a esfera educacional do Brasil necessita de muitos avanços, distanciando-se do seu passado sem esquecê-lo.

A organização do ensino na Ditadura Civil Militar no Brasil

Sendo um dos grandes desafios a serem enfrentados, a história das instituições escolares começa a se expandir no Brasil a partir do século XX. A priori, o espaço escolar

se constituiu por escolas isoladas multisseriadas, as quais são caracterizadas pelo ensino simultâneo de alunos com várias idades e séries divergentes na mesma sala de aula. Esse método é objeto de muitas críticas dentre elas o ponto positivo de possibilitar o acesso a educação para mais sujeitos ainda que em condições hostis sobre a qualidade do ensino, o atendimento individual que termina sendo danificado e principalmente acerca da sobrecarga dos professores que acumulavam muitas atividades.

Posteriormente houve a criação dos grupos escolares para atender as expectativas da população brasileira. Saviani (2004), destaca que os grupos escolares eram organizados especificamente nas cidades, uma forma das escolas graduadas, com turmas seriadas. Nessa concepção, a escola graduada caracterizava na fundamentação da classificação dos alunos pelo nível de conhecimentos, separados por classe e série e um professor. A partir disso, percebem-se mudanças satisfatórias quanto ao método mais eficiente que passou a ser paulatinamente difundido por todo o Brasil.

De acordo com Souza (2008) a organização de grupos escolares foi o modelo por grande parte dos Estados brasileiros. Ensejando dessa maneira algumas problemáticas como, as disparidades regionais que afetam a qualidade do ensino, bem como a limitação e a restrição do acesso a uma educação ampla, tendo em vista que, a predominância dos conhecimentos básicos no início do período republicano pautavam-se apenas na leitura, escrita e cálculo. Ou seja, de maneira insuficiente e interferida por lemas como “amor a pátria”, valores cívicos e nacionalistas, a formação do cidadão terminava sendo demasiadamente comprometida.

A organização do ensino a partir do Golpe de Estado de 1964 se deu baseada na concepção da Lei nº 5.692/71, sancionada no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (BRASIL, 1971). Destaca-se que essa legislação estabeleceu mudanças no sistema educacional, passando o Ensino Primário e o Ginásio (que configurariam atualmente o Ensino Fundamental I e II) a ser o 1º grau, bem como o Ensino Secundário (atual Ensino Médio) tornou-se o 2º Grau ou Ensino Profissionalizante. Nesse último segmento encontra-se um dos grandes objetivos do governo militar onde eram oferecidos cursos técnicos, como auxiliar de escritório ou de enfermagem, técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária, entre outros.

Salienta-se que a política militar e as mudanças inseridas do setor da Educação foram implementadas almejando a iniciação do trabalho mais precoce e célere, de forma que, o ingresso na Universidade para os alunos mais carentes ficou ainda mais dificultoso e parco. Há de se lembrar que o discurso do “Milagre Econômico” que o governo sustentava trouxe

inúmeros prejuízos para a sociedade, uma vez que os estudantes, em sua maioria, passaram apenas a concluir o curso técnico, abandonando a continuação da formação e já ingressando no mercado de trabalho. Analisadas em curto espaço de tempo, houve melhorias no setor industrial e de trabalho, no entanto, quando se trata de Educação fazem-se necessários maiores investimentos para a garantia de um futuro de qualidade. Quanto a isto é nítido que o sistema militar não foi eficaz, comprometendo ainda mais o “amanhã” dos alunos que apenas concluíram o Ensino Profissionalizante, haja vista que com o passar do tempo somente um curso técnico não assegurava estabilidade e não era suficiente para a entrada no mercado de trabalho.

Relações de poder

O significado da palavra “poder” pode ser atribuído a diversos significados, dependendo do que se queira vincular. Nota-se que na maior parte dos estudos o termo vem ligado a força, potência, autoridade e “ser capaz”. Outrossim, quando falamos em relações de poder não podemos conectar, por exemplo, apenas às relações estatais onde nitidamente percebe-se um elo de soberania por parte do regime político e submissão do lado do povo. A razão disso é que, na realidade, as relações de poder são onipresentes, como bem explica Michel Foucault, estas relações estão em todos os lugares do corpo social, desde um registro de histórico escolar até um mandado judicial de ordem de prisão.

Seguindo a linha de pensamento foucaultiana, entende-se que o poder vai identificar a ação de uns sujeitos sobre outros, isto é, coloca o indivíduo “como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber” (FOUCAULT, 2008, p. 160). O autor explica que a sociedade disciplinar que a humanidade constituiu, através de mecanismos e tecnologias vai fazer tornar o poder objeto de funcionamento em várias instituições, sejam os quartéis, a prisão, as indústrias ou até mesmo as escolas. Assim, na maior parte das relações são evidenciados instrumentos que buscam adestrar, controlar e disciplinar os outros indivíduos.

Dito isso, depreende-se que as relações de poder podem ser vistas em qualquer esfera, desmistificando muitos dos conceitos os quais sempre colocam determinados sujeitos fora da rede de poder. É preciso apontar que, para o poder funcionar, os indivíduos precisam estar emersos nesse processo, precisam atuar em conjunto. Além de que, o poder não se concentra em uma pessoa ou instituição, ele flutua por todo o corpo social. Por isso a depender de qual a relação que esteja se referindo, ela vai receber uma configuração própria do poder, sendo capaz de ser reformulada ao passo que os próprios indivíduos se reorganizem.

Tendências pedagógicas e as relações de poder

Sendo um dos grandes desafios a serem enfrentados no ensino brasileiro, as tendências pedagógicas, ao longo de suas instituições foram muito afetadas pelo momento cultural e político da sociedade, contribuindo como referencial na orientação na prática do professor. Isto é asseverado por Libâneo (1990), o qual diz que, explícita ou implicitamente a forma como os professores organizam e efetivam o conteúdo das suas disciplinas, o modo de avaliação e ensino está em concordância com os pressupostos teórico-metodológicos.

Dessa forma é possível perceber que tais tendências são classificadas em liberais e progressistas, cada uma com ramos específicos para determinar a formação pedagógica. Com efeito, o termo liberal não está relacionado com o democrático ou liberdade, de modo oposto esse seguimento se vincula aos interesses do capitalismo, dos meios de produção e da propriedade privada, com o enfoque de promover um aprendizado baseado nas normas do corpo social. Para Libâneo (1990) a pedagogia liberal faz concretamente manifestar este tipo de sociedade funcionando como uma justificativa do sistema capitalista.

Enquanto que, a tendência progressista conta com parte da análise marxista, está pautada no anti-autoritarismo, na valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a ideia de autogestão pedagógica. Libâneo (1990) assegura, ainda que, a pedagogia progressiva não tenha como fixar-se no cenário capitalista, esse pressuposto desempenha o papel de luta aliado a outras práticas sociais para os professores.

Nessa seara nota-se uma ramificação da tendência liberal, a pedagogia tecnicista, a qual foi iniciada no Brasil na década de 60 e 70, consolidando-se no período da Ditadura militar. Ela é caracterizada por ter como base a preparação dos alunos para o mercado de trabalho capitalista, com projetos elaborados de forma autoritária, sem conectividade com o contexto social dos educandos, ou seja, uma pedagogia não-dialógica. O desempenho dos estudantes terminava sendo mitigado, uma vez que, com o cerne da preocupação voltado para a especialização técnica, os conhecimentos, as relações sociais e o interior dos indivíduos acabavam sendo banalizados. Na medida em que a formação pedagógica do cidadão não é composta por uma ampla rede de ensino, bem como os manuais e livros didáticos os quais eram usados como principais (e únicos) objetos de estudo, esta tendência torna-se insuficiente e até prejudicial, analisando posteriormente seus efeitos.

A partir disso, infere-se como a pedagogia tecnicista diante do auge do seu uso, isto é, no período da Ditadura Civil Militar, foi um instrumento de poder para o controle efetivo da

sociedade pelos militares. O poder, como bem explicou Lynch (2018) seguindo o pensamento foucaultiano, está em todos os relacionamentos e interações sociais, não necessariamente significando que ele vai funcionar em todas as esferas, mas que de fato é onipresente. Diante disso, é nítida a associação que se pode fazer ao método de ensino tecnicista, isto porque, mesmo sendo um objeto que visava o máximo de controle sob os alunos, é visível que nem sempre ele trouxe danos ou prejuízos aos estudantes, haja vista que ao passo que consegue inserir uma parte no mercado do trabalho já é considerado algo positivo.

Em segunda análise, vê-se que, que precisam ser desmistificadas algumas características acerca dos instrumentos de poder, como, a lógica que o poder operará sempre no sentido negativo, por meio de normas. Feito isso, é possível asseverar como a tendência tecnicista funcionou como uma estratégia para a atuação do poder disciplinar. Tal método de ensino não se baseava em leis ou códigos, como os Atos Institucionais da Ditadura que escancaradamente demonstravam o poder coercitivo por parte do Estado, pelo contrário, a forma pedagógica escolhida para formar os indivíduos também foi um meio para que o poder funcionasse, mas que significa o poder no seu espaço mais expandido, aquele poder que atua em todas as instituições do corpo social e sob todos os indivíduos.

Por fim, destaca-se que, em sua maioria das vezes o estudo tecnicista não era “uma das” opções dos estudantes, longe disso, quando se trata da massa popular, estudar a técnica para entrar no mercado de trabalho era a única escolha. Ainda tendo que ressaltar o demasiado número de evasão escolar e de estudos incompletos, que demonstravam como a escolarização tornava-se assunto apenas das elites. Em suma, a estratégia operada para controlar os sujeitos na base da estrutura social, isto é, dentro das escolas, funcionava dessa maneira. O modus operandi que foi utilizado necessitou posteriormente ser reavaliado e transformado. Com o avanço dos estudos científicos e o reconhecimento da sua importância percebeu-se que, embora a tendência pedagógica apresente benefícios à sociedade, ela não é a mais recomendada. A formação ampla dos cidadãos, a qual consta somente com a técnica não é satisfatória, longe disso, ela é resultado de diversas experiências, aonde é *sui generis* o contato com os estudos sociais, a pesquisa do individual, entre outros.

Somado a isso, Libâneo (1990) convida para uma outra reflexão, isto é, exclui as tendências pedagógicas e delimitar apenas uma como instrumento do professor, ainda que esta tenha caráter democrático, evidentemente poder-se-á cair em uma falsa democracia. Para o autor, o mais importante não seria focar apenas no aluno ou no aluno, longe disso, ambos compõem um conjunto que deve ser escutado, respeitado e organizado da melhor maneira

para que dessa forma efetive-se uma real democracia, ampliando a noção de coletividade, atentando-se para os limites da liberdade e autonomia de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dessa pesquisa pôde analisar como os mais variados instrumentos de controle e adestramento podem e foram utilizados na rede de ensino. O período da Ditadura Civil Militar marcou com diversas formas a sociedade brasileira, dentro destas nota-se a maneira como a escolarização se deu, de modo disciplinar, repetitivo, apresentando a ordem e o autoritarismo instaurado pelos militares.

Isto posto, faz-se de imperiosa importância continuar e aprofundar em momento posterior tal pesquisa, haja vista que, o passado tortuoso deve ser de conhecimento não só do espaço acadêmico, todavia, de toda a sociedade, para que não se fade a repeti-lo e entenda que um ensino proveitoso, amplamente benéfico para o aluno, professor e comunidade perpassa o diálogo, o conhecimento interior, a pesquisa de campo, entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luís de Paiva. **Educação no Brasil**. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/educacao-no-brasil> Acesso em: 30 jul. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 19ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia histórico-crítico social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1990.

LYNCH, Richard A. **A teoria do poder de Foucault**. In: TAYLOR, D. (Org.) **Michel Foucault: Conceitos Fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

NOVO, Benigno Núñez. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm> Acesso em: 30 jul. 2021.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário**. São Paulo: Cortez, 2008.

ZINET, Caio. **Centro de Referências em Educação Integral**, 2016. Disponível em:
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/> Acesso em: 26 jul. 2021.